PROJETO DE LEI Nº , DE 2020

(Do Sr. MARRECA FILHO)

Altera dispositivos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

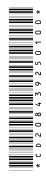
O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

								••
Parágrafo	único. As	disposições	dos	incisos	Π,	IV,	VIII e	IX
deste arti	go serão	efetivadas	por	meio	de	pro	ojetos	de
produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias, em								
parcerias ou por demandas do setor produtivo, com prioridade								
para os	microemp	reendedores	ind	lividuais	8, 8	as	micro	е
pequenas e	empresas.'	' (NR)						
"Art.								
7°								
Parágrafo	único. As	disposições	dos	incisos	III,	IV	e V, s	em

prejuízo de outras ações dos Institutos Federais, atuarão por

"Art. 6°.



demanda ou em parcerias, em especial, na produção e na disponibilidade tecnológica microempreendedores para individuais, micro e pequenas empresas, identificando e fortalecendo as potencialidades e os arranjos produtivos locais e regionais." (NR)

Art. 2.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

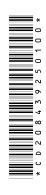
O Projeto de Lei que ora submetemos à apreciação desta Casa foi originalmente apresentado (PL nº 7547) em 2017, pelo então Deputado Izalci Lucas. A proposição foi arquivada ao fim da última legislatura e seu autor passou a ocupar mandato no Senado Federal.

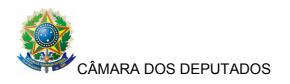
Trata-se de matéria cujo mérito, a nosso ver, permanece atual e deve ser objeto da reflexão do Parlamento. Ampliam-se as competências e objetivos dos Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, por meio da alteração da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. O objetivo é articular a rede federal de educação tecnológica, o setor produtivo, representado por meio do seu braço mais frágil e dependente do apoio do Estado – microempreendedores individuais, micro e pequenas empresas – em busca da modernização e desenvolvimento do País.

Entre os argumentos apresentados pelo Senador Izalci Lucas para justificar a proposição original, destacamos:

> [...] a coletividade, em especial as pequenas economias, demandam do Estado a criação de ambiente que lhes proporcionem o acesso e uso de tecnologias, por vezes caras e dependentes de estruturas complexas.

> Por isso, a ampliação das competências e objetivos dos IFB's como centros de tecnologia voltados para as micro e pequenas empresas, para os microempreendedores individuais, para a identificação e organização de arranjos produtivos locais preenche um vácuo do Estado em tal objetivo e integra comunidade acadêmica, setor produtivo e Estado.





Tal pretensão já se encontra incorporada em estruturas governamentais europeias, como a Itália, que, por meio de centros tecnológicos, supre as e médias economias de tecnologia e proporcionam desenvolvimento econômico e todos seus consectários.

Certamente, a educação científica e tecnológica é ferramenta para o desenvolvimento com melhoria da produtividade. O direcionamento da produção tecnológica da Rede Federal de Educação Profissional para micro e pequenas empresas, assim como para microempreendedores individuais, deverá viabilizar mais competitividade e produtividade, aliviando esse segmento dos altos custos de inovação tecnológica e convergindo para ganhos sociais.

> Sala das Sessões, em de 2020. de

> > Deputado MARRECA FILHO

